



O conceito de pentecostalidade: uma contribuição pentecostal para a unidade da Igreja

*The Pentecostality concept: a Pentecostal
contribution to the unity of the Church*

ADRIANO LIMA^a

BERNARDO CAMPOS^b

Resumo

A divisão da Igreja sempre se constituiu como um dos temas mais desafiadores para a fé cristã. Não por acaso, teólogos de diversas tradições, especialmente a partir do século XX, propõem com ousadia o tema do ecumenismo como um assunto central a ser desenvolvido na Teologia cristã. Nesse texto, os autores refletem sobre o conceito de Pentecostalidade como contribuição para a unidade da Igreja. O objetivo é apresentar o conceito de pentecostalidade como uma categoria que propõe elementos significativos para a unidade entre as Igrejas cristãs. A pesquisa é desenvolvida a partir de referência bibliográfica especializada no tema. Os autores constatam que em toda comunidade professamente cristã há uma pentecostalidade latente e, portanto, esse conceito (pentecostalidade) e seus desdobramentos são significativos e contribuem para a unidade da Igreja. Ao final, três elementos relacionados à pentecostalidade são destacados como contribuição para a unidade da Igreja: a unidade do gênero humano, a universalidade do Espírito de Deus e a práxis pentecostal.

Palavras-chave: Pentecostalidade. Pentecostal. Unidade. Igreja.

^a Faculdades Batista do Paraná (FABAPAR), Curitiba, PR, Brasil. Doutor em Teologia, e-mail: adriano.lima.66@hotmail.com

^b Instituto Teológico Elias (ITE), Lima, Peru. Doutor em Teologia, e-mail: ber.campos@gmail.com

Abstract

The division of the church has continuously been accounted as one of the most challenging themes for Christian faith. Due to it, since the 20th century theologians of different traditions boldly proposed ecumenism as central matter to be developed by Christian theology. This text reflects on the concept of Pentecostality as a contribution to the unity of the church. It aims to present Pentecostality as a category that propose significant elements to the unity of Christian churches. So, the research is based on specialized bibliography. The authors understand that in the openly confessed Christian communities there is a latent Pentecostality and, therefore, this concept (Pentecostality) and its ulterior developments are significant while contributing to the unity of the Church. Finally, three Pentecostality-related elements are highlighted as contributions to the unity of the church: the unity of human gender, the universality of the Spirit of God and the Pentecostal praxis.

Keywords: Pentecostality. Pentecostal. Unity. Church.

Introdução

A unidade da Igreja sempre foi um tema desafiador, relevante e de fundamental interesse na teologia cristã. Não por acaso, teólogos de diversas tradições cristãs estão refletindo sobre o tema, tais como Elias Wolff (2007), David Mesquiati Oliveira (2015), Adriano Lima (2016), Bernardo Campos (2002), entre outros. Ao longo da história da Igreja, muitas divisões ocorreram, causando sempre um mal-estar e ferindo a imagem da comunidade cristã. A divisão das Igrejas sempre foi um testemunho negativo para o Reino de Deus. Daí a necessidade urgente do diálogo ecumênico, na busca da unidade do povo de Deus, que tem como fundamento Jesus Cristo. As Igrejas cristãs são desafiadas ao diálogo não para abandonar suas identidades ou mesmo as relativizarem, mas, pelo contrário, a unidade, a santidade, a catolicidade e a apostolicidade, são marcas da Igreja desde os tempos primitivos. Assim, a busca da unidade é uma necessidade interna da fé.

O presente texto está dividido basicamente em três aspectos fundamentais: no primeiro momento será analisado o conceito de diálogo ecumênico, com a finalidade de deixar claro o que é essa busca pela unidade entre os cristãos e quais os seus objetivos. Na segunda parte do texto, será apresentado o conceito de pentecostalidade, cunhado pelo teólogo pentecostal peruano Bernardo Campos. Para este teólogo, o conceito de

pentecostalidade pode contribuir de forma significativa para a unidade da Igreja. E, finalmente na terceira e última parte, o texto extrai algumas contribuições do conceito de pentecostalidade para a unidade da Igreja, estabelecendo relações entre o pensamento de Bernardo Campos e outros autores especialistas no tema.

Diálogo ecumênico: conceito e objetivo

Inicialmente, é necessário definir o conceito de ecumenismo. A palavra já é antiga no cristianismo e na atualidade é bastante pronunciada, escrita e refletida em diversos ambientes teológicos, eclesiais e acadêmicos. Especificamente no pentecostalismo brasileiro há uma certa confusão quando se fala de ecumenismo. Às vezes se confunde com o diálogo inter-religioso ou com o pluralismo religioso e ainda com o sincretismo religioso. Daí a necessidade de uma definição mais precisa sobre o termo para que fique claro do que trata o ecumenismo, o diálogo ecumênico e quais os seus objetivos.

A palavra *oikoumene* foi empregada por Heródoto (490 – 420) com o objetivo de designar o universo habitado. André Birmelé menciona que “os escritos bíblicos quase não recorrem a esse termo, embora fosse corrente no mundo helênico de sua época”. O autor segue destacando que “os Setenta utilizam para traduzir algumas passagens dos Salmos, o NT para designar o Império romano (Lc 2,1; Mt 24,14). Em Hb 2,5 o termo evoca a unidade da humanidade e de Deus na escatologia” (BIRMELE, 2014, p. 597). Como fica claro, no primeiro momento, a palavra está mais voltada para o mundo helênico e em alguns momentos faz referência explícita ao império romano.

O professor Zwinglio Mota Dias destaca que os escritores gregos clássicos fizeram uso da palavra para fazer oposição à realidade do mundo dos gregos e ao espaço de pessoas que não eram conhecidas. Dias afirma que “o vocábulo começa a ser usado nessa acepção no final do século IV a.C., a partir das conquistas de Alexandre Magno, que estende a *oikoumene* grega (o mundo helenizado) do Mar Egeu até às margens do rio Indo” (TEIXEIRA; DIAS, 2008, p. 24-25). Teixeira e Dias complementam: “assim, o conceito de *oikoumene* começou a ser usado em um sentido eminentemente geográfico” (TEIXEIRA; DIAS, 2008, p. 24-25). A partir desses apontamentos iniciais, fica

claro que a palavra ecumenismo inicialmente tem muito mais sentido político/geográfico do que especificamente bíblico. Contudo, ainda que de forma confusa, ecumenismo tem um certo sentido eclesial, mesmo que confundido sob o reinado de Constantino.

De acordo com André Birmelé, com o fim do Império romano e bizantino, o sentido político da palavra ecumênico sofre algumas privações e a *oikoumene*, desde então, passará a ter uma designação apenas eclesial (BIRMELE, 2014, p. 598). Contudo, Birmelé destaca que:

Foi somente no século XX que o arcebispo sueco N. Soederblom (1866 – 1930) deu a *oikoumene* e ao adjetivo ecumênico o sentido que é corrente hoje na teologia: tudo que diz respeito à aproximação, à reconciliação e à unidade das Igrejas no seio do que se chama “movimento ecumênico”. O substantivo “ecumenismo” foi introduzido em 1937 pelo dominicano Yves Congar depois retomado e confirmado pelo Vaticano II (BIRMELE, 2014, p. 598).

Como o autor lembra, foi a partir do século XX que o conceito passou a ter esse sentido mais voltado para a unidade, aproximação e reconciliação. É interessante que esse é o sentido mais utilizado para a palavra ecumenismo na atualidade. Quando se pensa em ecumenismo, a perspectiva é no sentido da busca da unidade, no total respeito à diversidade de cada comunidade cristã. Os sinônimos são aproximação, reconciliação, unidade, amizade e fraternidade. Assim, é digna de destaque a afirmação precisa de que o ecumenismo não se trata de unificação das igrejas ou mesmo de um retorno para uma igreja específica. Esse nunca foi o propósito. Posteriormente, serão destacados os objetivos do ecumenismo. Agora, é preciso lembrar que o ecumenismo como um movimento que busca a unidade da igreja iniciou no protestantismo. Foi Norman Goodall que no seu livro *El Movimiento Ecuménico* contou a seguinte história:

O “pai das missões modernas”, William Carey (missionário batista inglês), propôs em 1806 convocar uma reunião de todos os cristãos no Cabo da Boa Esperança, aproximadamente para o ano de 1810, que seria seguida de reuniões semelhantes a cada dez anos. Carey fez essa sugestão numa carta a seu amigo Andrew Fuller, secretário da Sociedade Missionária Batista. Mas Fuller não viu a ideia com entusiasmo. “Isso não passa de um dos agradáveis sonhos do irmão Carey”, escreveu. Não é de se espantar que a

perspectiva ecumênica tenha começado a ser vislumbrada nos campos missionários. Porque foi exatamente lá que as diferentes denominações tiveram de se enfrentar, todas com os tremendos desafios lançados por contextos culturais, sociais e religiosos, os mais diferentes e estranhos (para os missionários ocidentais). A partir da metade do século XIX, os representantes das mais diferentes iniciativas missionárias começaram a reunir-se para buscarem juntos um mínimo de unidade de propósitos (GOODALL, 1970, p. 20).

A história acima é significativa nesse contexto, sobretudo pelo fato de demonstrar que foi no movimento protestante que ocorreram as primeiras conversas com o objetivo de busca por uma unidade de propósitos. Birmelé confirma que, num primeiro momento, o ecumenismo foi preocupação das Igrejas protestantes (cf. BIRMELEÉ, 2014). O mesmo autor informa que existia uma necessidade de melhor cooperação entre Igrejas e foi essa necessidade que levou, no final do século XIX, à criação do CEI – Conselho Ecumênico de Igrejas. O Conselho foi criado especificamente no significativo ano de 1948. Aquele mesmo ano em que a ONU — Organização das Nações Unidas adotou a DUDH — Declaração Universal dos Direitos Humanos. Deve ficar claro que os dois acontecimentos se darem no mesmo ano (a criação do CEI e a adoção da DUDH por parte da ONU) não foi algo planejado, mas tem uma estreita relação. Foi ninguém menos que Walter Kasper quem, ao tratar das bases teológicas do ecumenismo, afirmou de forma contundente que “todo ser humano, a despeito de seu sexo, cor, natureza, nação ou religião, é criado à imagem e semelhança de Deus (Gn 1,27)”. E ainda: “todo ser humano tem valor e dignidade absolutos e requer não apenas tolerância, mas respeito”. O teólogo alemão finalmente conclui: “A ideia moderna de direitos humanos inalienáveis a toda pessoa somente pode ser compreendida como uma consequência dessa passagem bíblica fundamental” (KASPER, 2008, 54-55). Portanto, diálogo ecumênico diz respeito à unidade, respeitando a diversidade, a fraternidade, a dignidade humana e os direitos humanos fundamentais — objetivos fundamentais para o comprometimento de cada cristão que acredita no Deus da vida. A partir dessa luz introdutória sobre a palavra ecumenismo e seu uso inicial na fé cristã, há que se esclarecer qual é o objetivo específico do diálogo ecumênico.

Objetivos do diálogo ecumênico

Quando o assunto é diálogo ecumênico, especificamente no contexto evangélico, ainda existem algumas pessoas que não compreendem o real objetivo do diálogo. Há quem imagina que o diálogo é algo projetado pela Igreja católica para resgatar os protestantes que saíram. Contudo, é importante pontuar que este não é o objetivo do diálogo nem a perspectiva ecumênica. Daí ser importante, como disse Walter Kasper, saber o que é o diálogo. Nas palavras do teólogo alemão “falar sobre o diálogo ecumênico e iniciar um diálogo sobre o diálogo pressupõe que se saiba de fato o que é o diálogo” (KASPER, 2008, p. 52). O diálogo é um dos conceitos mais importantes na filosofia do século XX, que foi consolidado no pensamento de filósofos como Martin Buber, Franz Rosenzweig, Emanuel Levinas, entre outros. Ainda sobre o diálogo, Kasper destaca:

Essa nova corrente, que surgiu no século XX e foi caracterizada pela filosofia dialógica, assinalou o fim do pensamento monológico e implicava a autotranscendência da pessoa em direção ao outro. O ponto de partida e princípio fundante da filosofia é: “Não sou sem você”; “Não existimos para nós mesmos”; “Existimos com e para os outros”; “Não temos apenas o encontro, somos encontro, somos diálogo”. O outro não é o meu limite; o outro é uma parte e um enriquecimento de minha própria existência. Assim, o diálogo é um passo indispensável no caminho rumo à autorrealização humana (KASPER, 2008, p. 52).

Como fica claro nas palavras do professor Kasper, a filosofia do diálogo aplicada ao diálogo ecumênico não diz respeito ao proselitismo, mas à participação direta na vida do outro. O diálogo ecumênico está fundamentado no princípio dialógico mencionado por Kasper e busca um enriquecimento mútuo da própria existência daqueles que participam. Nesse aspecto, o irmão que pertence a outra tradição religiosa não é uma ameaça, um inimigo ou mesmo alguém que eu preciso combater, mas sim uma parte e um enriquecimento da minha própria existência. No entanto, é o mesmo Kasper que alerta para dois perigos permanentes sobre o diálogo ecumênico:

No atual mundo da globalização, há dois perigos a serem evitados. Por um lado, devemos rejeitar todo tipo de nacionalismo, racismo, xenofobia e a opressão de um povo por outro — afirmações de superioridade e hegemonia culturais. Nações, culturas e religiões devem abrir-se e avançar no diálogo. Isso pressupõe tolerância

mútua, respeito mútuo, entendimento mútuo e o reconhecimento tanto dos próprios limites quanto dos bens do outro, e pressupõe uma disposição de aprender uns com os outros. Por outro lado, isso não pressupõe uma cultura universal uniformizada, em que a identidade das culturas individuais será extinta. Ao contrário, o diálogo pressupõe parceiros que tenham, conheçam e apreciem sua identidade. O objetivo do diálogo não é um pluralismo antagonista nem uma uniformidade entediante, mas sim uma rica unidade dialogal de culturas, em que as identidades culturais sejam preservadas e reconhecidas, mas também sejam purificadas de seus limites inerentes e enriquecidas pelo intercâmbio cultural (KASPER, 2008, p. 53-54).

As observações colocadas por Kasper são importantes e fundamentais no estabelecimento das bases do diálogo. Não se trata exclusivamente de uma uniformidade que provoca tédio, mas sim uma unidade que produz riqueza de experiências. Por essa razão específica é que o diálogo não tem como objetivo “trazer” o outro de volta para uma determinada comunidade. O objetivo do diálogo ecumênico diz respeito à unidade espiritual e visível da Igreja. Assim, é possível destacar como objetivo do diálogo ecumênico a unidade, a fraternidade, a amizade, a convivência harmoniosa, o respeito mútuo e o enriquecimento de culturas e comunidades.

O conceito de Pentecostalidade

O teólogo pentecostal peruano Bernardo Campos, na sua obra *Da Reforma Protestante à Pentecostalidade da Igreja*, apresenta o conceito de Pentecostalidade como contribuição para a unidade da Igreja. Nessa segunda parte do texto, será apresentado especificamente o sentido do termo Pentecostalidade, que será explorado para se tenha uma maior clareza e percepção na sua contribuição efetiva para a unidade da Igreja. Vejamos o que diz o próprio Campos sobre o termo:

Entendemos por pentecostalidade aquele princípio e aquela prática religiosa moldados pelo acontecimento de Pentecoste. Trata-se de uma experiência universal que eleva à categoria de “princípio” (arque ordenador) as práticas pentecostais que procuram ser concretizações históricas dessa experiência primordial. Do ponto de vista cristológico, a pentecostalidade é a “força do Espírito” que torna possível a Igreja como corpo de Cristo e como povo de Deus na história concreta da humanidade. Em sua qualidade de “princípio”, a pentecostalidade em si mesma rejeita qualquer concretização histórica do tipo pentecostal que pretenda ser sua expressão única (exclusiva) ou que pretenda convertê-la em seu absoluto, negando a outros a possibilidade de fundamentar-se também nela (inclusividade). Sustentamos a tese de

que no fundo de toda Igreja professamente cristã há uma pentecostalidade latente ou manifesta (CAMPOS, 2002, p. 85).

A partir do que expõe o professor Bernardo Campos na passagem mencionada, ficam evidentes dois aspectos: a pentecostalidade é um princípio ou prática moldado pelo acontecimento de Pentecostes e é exatamente por essa razão que toda Igreja confessamente cristã traz consigo uma pentecostalidade latente. De fato, a Igreja cristã teve início em Pentecoste. Aquele evento é um paradigma que marca cada comunidade cristã e que tem relação direta com o Espírito de Deus. Uma vez que é a partir do evento Pentecoste que a Igreja cristã vai se espalhar pelo mundo, pentecostalidade ganha sinônimo semelhante de catolicidade ou universalidade. E mais, o caráter cristológico da Igreja também aponta para uma relação direta com o Espírito que torna possível a Igreja como corpo de Cristo e conseqüentemente sua concretização na história da humanidade. O que vai se evidenciando é a relação Pentecoste, Espírito de Deus, Universalidade e Igreja cristã. Daí a tese do autor de que em toda Igreja há uma pentecostalidade latente. Bernardo Campos sustenta sua tese a partir de dois argumentos que, por questões metodológicas, veremos separadamente. Primeiro o autor afirma que:

O acontecimento de Pentecoste é um profenômeno do cristianismo historicamente constituído. a) é anterior em sua qualidade de promessa e no sentido de que o sustenta e permeia naquilo que é fundamental: ser e dar testemunho da presença do Jesus ressuscitado, tornado Senhor e Cristo. b) É o acontecimento cristológico que dá começo escatológico à Igreja, em virtude do Reino prometido. c) A pentecostalidade não é um epifenômeno do cristianismo, como poderiam sugerir a presença atual dos pentecostalismos ou as experiências pentecostais posteriores ao fato crístico pós-pascal ou pentecostal (CAMPOS, 2002, p. 85).

O acontecimento de Pentecoste, como entendido, é o cumprimento da promessa de Joel, conforme Pedro anuncia na sua pregação ao constatar o derramamento do Espírito sobre aquelas pessoas de diferentes lugares, que estavam presentes. Trata-se de um acontecimento que reúne pessoas de diferentes culturas e que estão unidas em torno de um mesmo propósito. É significativa a constatação de que aquele evento é marca constitutiva do cristianismo e evidentemente da Igreja cristã, que a partir daquele dia, motivada pela experiência vivenciada em Pentecoste, passa a anunciar a

mensagem de Jesus Cristo. O evento Pentecoste não é simplesmente um evento em que pentecostais se baseiam para fundamentar suas perspectivas eclesiais. Muito mais que isso, Pentecostes é o evento que dá início escatológico à Igreja cristã. Daí a dimensão da pentecostalidade estar presente em cada comunidade cristã. Segue o segundo argumento de Bernardo Campos para sustentar a tese de que em toda Igreja cristã há uma pentecostalidade latente:

O acontecimento pentecostal, naquilo que tem de primordial e fundante, é o “lugar simbólico” de remissão ao que está referida toda a mediação histórica da Igreja Universal de Jesus Cristo, isto é, toda a Igreja Cristã. a) é “lugar de referência”, não no sentido normativo, como se a vida dos primeiros cristãos (Igreja Primitiva) se constituísse em “modelo” para as seguintes. É mais na qualidade de exemplo da vontade comunitária de autoentender-se, de autocriar-se, a partir do acontecimento pentecostal enquanto acontecimento crístico, o que é o mesmo que dizer: “em virtude da pentecostalidade”. b) A referência à Igreja primitiva como experiência fundante tem vigência ainda hoje por seu caráter de arquétipo para nós, porque é a partir de nós. c) Contemporâneo ao catolicismo primitivo, aconteceu o que chamaremos de “pentecostalismo primitivo” (originário), que foi, depois, concomitante a ele sob a forma de uma pentecostalidade (CAMPOS, 2002, p. 86).

No seu segundo argumento, o professor Bernardo Campos destaca a pentecostalidade no caráter da Igreja cristã. Toda ela tem em Pentecoste o seu “lugar simbólico” de referência central. Não se fala da história da Igreja nem se estuda sobre a Igreja (qualquer Igreja cristã) passando por cima do acontecimento pentecostal. É “lugar de referência”, é “lugar simbólico”. É lugar em que as comunidades podem se compreender e autocriticar-se. Daí ser possível afirmar que o acontecimento pentecostal é parada obrigatória para todo membro do corpo de Cristo. Portanto, os argumentos apontados com precisão pelo professor Campos são consistentes e sustentam com solidez a tese de que toda Igreja que tem Jesus como centro está fundamentada no princípio da pentecostalidade.

Como já ficou evidente, o princípio da pentecostalidade tem o mesmo sentido da catolicidade, no que se refere à perspectiva de universalidade. Se toda Igreja cristã é católica, no sentido universal, toda Igreja cristã é também marcada pelas práticas religiosas moldadas pelo acontecimento de Pentecoste, pela pentecostalidade. Ou seja, é possível procurar e encontrar uma pentecostalidade manifesta na catolicidade. Nas palavras do próprio

Bernardo Campos: “ali onde existe uma comunidade religiosa formada pela “catolicidade”, ali haverá também uma pentecostalidade latente ou manifesta” (CAMPOS, 2002, p. 86). Um não pode fazer de conta que o outro não existe ou não existiu. Ainda que, em sentido contrário possa existir uma contestação considerando que existe uma catolicidade na experiência de Jesus e seus discípulos, mas não uma pentecostalidade, Campos contra-argumenta dizendo que “somente a partir de Pentecoste é possível identificar, inclusive, a experiência de Jesus e seus discípulos”. E ainda: “o catolicismo primitivo, depois de Pentecoste, já não é o mesmo, ou simplesmente já não existirá sem ele” (CAMPOS, 2002, p. 86). Portanto, fica clara a relação fundamental entre a catolicidade da Igreja e sua pentecostalidade. Os dois princípios que se relacionam entre si e constituem marca fundante e constitutiva da Igreja cristã. Nas palavras do doutor Bernardo Campos, “catolicidade e pentecostalidade permanecem assim como consubstanciada e mutuamente formadas”. E mais: “Teologicamente, a catolicidade é anterior ao cristianismo, assim como a pentecostalidade é anterior ao pentecostalismo” (CAMPOS, 2002, p. 86). Então, por um lado catolicidade e pentecostalidade se relacionam mutuamente, embora, por outro lado, teologicamente, aconteçam em momento anterior ao cristianismo e ao pentecostalismo, respectivamente.

Seguindo a apresentação da sustentação da tese do professor Campos sobre o conceito de pentecostalidade, digno de destaque é o apontamento da pentecostalidade como universalidade do Espírito de Cristo, que torna possível a Igreja como uma comunidade pentecostal. Nesse aspecto, Bernardo Campos afirma que “a consciência, o sentido e a experiência de missão universal da comunidade de Jerusalém aconteceu somente a partir do acontecimento pentecostal, como atualização do evento de Cristo” (CAMPOS, 2002, p. 86). Ou seja, é de Pentecoste em diante que cada comunidade pentecostal se compreenderá como expressão histórica da pentecostalidade e determinada por ela. Assim, é correto o argumento do autor de que a pentecostalidade é a universalidade do Espírito de Cristo, que torna possível a Igreja como uma Comunidade Pentecostal.

A pentecostalidade como critério epistemológico

Após apresentar algumas perspectivas sobre o conceito de pentecostalidade, Campos passa a delinear o que ele chama de “linhas mestras” para a elaboração da categoria “pentecostalidade”. O autor deixa claro que serão enunciados breves, mas que têm um propósito definido: “ajudar no debate da unidade” (CAMPOS, 2002, p. 87). O primeiro enunciado diz respeito à práxis pentecostal. A práxis no texto é definida como “ação humana eficaz em sua relação ético-política e de plena densidade histórica”. Já a práxis pentecostal, Campos a define como “a ação humana que torna presente na história concreta dos seres humanos a presença do Cristo ressuscitado como salvação do ser humano e como suscitador de sua libertação escatológica”. E conclui: “a práxis pentecostal é, portanto, uma atividade social e religiosa, ativa e lógica” (CAMPOS, 2002, p. 88). A práxis pentecostal diz respeito diretamente às ações praticadas por cristãos no mundo, no dia a dia, com a finalidade de tornar visível a presença de Cristo e, ao mesmo tempo, dar testemunho do amor gratuito de Deus aos homens. Nesse sentido, fica claro que a práxis pentecostal, como linha mestra da pentecostalidade, tem um compromisso sólido com a libertação do ser humano e, por isso, constitui uma importante contribuição para a unidade cristã.

A segunda linha mestra que norteia a categoria de pentecostalidade é o “princípio” pentecostal. Este, Campos define como “a força do Espírito que outorga poder ao ser humano para superar os condicionamentos que querem reduzi-lo à desumanidade”. Trata-se diretamente de um princípio que resiste e enfrenta as adversidades e dificuldades da vida cotidiana, lutando por condições de humanização do ser humano. Essa busca constante por tudo aquilo que promove a humanização do ser humano encontra fundamento no próprio Espírito de Cristo, que é “a razão e fundamento de todas as coisas” (CAMPOS, 2002, p. 88). Em termos práticos, significa dizer que a prática pentecostal não é motivada por ideologias políticas ou por outras razões secundárias, mas, precisamente pelo Espírito de Deus. É uma motivação interna da fé pentecostal. Campos acrescenta que o princípio pentecostal,

Enquanto princípio crístico é tanto o principium ascendi (como realidade ou princípio do ser) e o princípio cognoscendi (princípio do conhecer) que torna possível a historicidade e a transcendentalidade da Igreja. Como força do Espírito torna forte o débil e exalta o humilde, ao mesmo tempo em que debilita o forte e humilha os exaltados. [...] o princípio pentecostal gera vida em toda a sua dinâmica, toda a sua complexidade, toda a sua plenitude e toda a sua irredutibilidade (CAMPOS, 2002, p. 88).

O princípio pentecostal traz a Igreja para a realidade da vida, sem, contudo, descaracterizar sua transcendentalidade. É o Espírito que acompanha a Igreja e a fortalece na caminhada cotidiana. Não se trata de um mero expectador, mas um Deus ativo e vivo na história dos homens e mulheres. Por essa razão, o Espírito de Deus é concretamente o Espírito criador e vivificador da vida. Como destaca Campos, é esse Espírito que gera vida em toda a sua dinâmica, toda a sua plenitude. Com Jesus Cristo, o Espírito de Deus veio para dar vida e vida com abundância. Portanto, o princípio pentecostal como força ativa do Espírito se faz presente de forma concreta na vida da Igreja, conduzindo-a para a difusão do Reino de Deus na terra e abrindo caminhos para a unidade do povo de Deus. Ainda sobre o princípio pentecostal, Campos afirma que:

Pelo princípio da pentecostalidade o ser humano pode ter a capacidade espiritual que abre o entendimento para "ver", "compreender" e discernir o que vai mais além das próprias coisas. O princípio da pentecostalidade é assim, sabedoria do Espírito, critério de verdade para revelar o mistério de Cristo e tornar possível sua presença em meio à história. O princípio pentecostal, como ato do Espírito de Cristo, é a ação de Deus que capacita o ser humano para falar e atuar no horizonte da salvação. O princípio pentecostal, como realização histórica, transforma-se em "imperativo ético" e "moral social" (CAMPOS, 2002, p. 88-89).

Campos destaca o princípio da pentecostalidade como algo que dá capacidade espiritual para que o ser humano não apenas tenha uma visão clara da realidade, mas seja capaz de interpretá-la e discerni-la. É por esse motivo que o homem está capacitado para falar e atuar no horizonte da salvação. Como fica evidente, por um lado o Espírito capacita e por outro esse mesmo Espírito possibilita uma ação mais efetiva do cristão no horizonte salvífico. O Espírito de Deus envolve a Igreja em todos os propósitos de Cristo. Desde os Evangelhos, é fato que o Espírito não promove a si mesmo, mas atua no sentido de exaltar a Cristo. Por essa razão, o princípio pentecostal é sabedoria

do Espírito, além de critério de verdade para revelar o mistério de Cristo e ainda tornar possível sua presença em meio à história. Nesse aspecto é absolutamente compreensível que o princípio pentecostal se transforme em “imperativo ético” e “moral social”, se tornando um convite para o engajamento do cristão no mundo.

Imperativo e hermenêutica pentecostal

A terceira linha mestra delineada pelo professor Bernardo Campos é o imperativo pentecostal, que para o autor tem valor universal, na medida em que sua finalidade última não contradiz os imperativos categóricos da humanidade. Nesse aspecto, a ação pentecostal tem papel importante, pois é ela que testemunha a presença concreta do imperativo pentecostal no mundo. Toda a perspectiva do imperativo pentecostal diz respeito a transformar a comunidade pentecostal em uma comunidade ética. No entanto, Bernardo Campos chama a atenção:

se o imperativo pentecostal é “universal” porque enuncia (indica) o ato do Cristo ressuscitado e também no sentido de que estende seu valor simbólico a toda a comunidade cristã, ele, por parte, é “particular” enquanto traduz irreduzivelmente o ato de Cristo na diversidade de expressões culturais (CAMPOS, 2002, p. 89).

Portanto, o imperativo pentecostal envolve a prática cristã nessa tensão dialética entre a universalidade e a particularidade de Cristo.

A ciência hermenêutica é fundamental e sua relevância é indiscutível para a teologia cristã. Ainda no século XX, Rudolf Bultmann alertava que, faltando hermenêutica, sobrava fundamentalismo. O professor Bernardo Campos destaca que a hermenêutica teológica é um processo de compreensão e atualização da mensagem de Deus aos homens, considerando uma situação histórica específica. Assim, acrescenta Bernardo Campos:

O ato hermenêutico é a tradução e a compreensão do sentido que o ser humano inscreveu em suas práticas e na interpretação das mesmas por meio de um texto literário ou por outras práticas. Por isso, a hermenêutica pentecostal é o processo de interpretação (compreensão) e atualização do princípio pentecostal, tornado imperativo na pentecostalidade. Como tal, não é apenas um fato noético e explicativo, é também prático e performativo. A hermenêutica pentecostal é fundamentalmente uma hermenêutica do Espírito, que procura a compreensão mais

profunda do sentido messiânico nas Sagradas Escrituras, nos acontecimentos e na própria experiência dos crentes na Igreja e em sua vida cotidiana (CAMPOS, 2002, p. 90).

Os tempos atuais têm demonstrado de forma clara e evidente os estragos que podem ser feitos por falta de uma hermenêutica coerente e correspondente com os valores do Reino de Deus. Certamente é a falta da hermenêutica ou mesmo o uso inadequado dela que faz surgir muitos fundamentalismos, tais como podem ser presenciados na atualidade. Assim, cresce a necessidade de uma prática hermenêutica séria e comprometida com a realidade concreta do mundo. Nesse sentido, é significativa a contribuição de Bernardo Campos, trazendo a perspectiva da hermenêutica pentecostal como elemento da construção da pentecostalidade da Igreja.

Contribuições do conceito de Pentecostalidade para a unidade da Igreja

Nessa terceira e última parte do texto, serão apresentadas algumas contribuições extraídas do conceito de pentecostalidade apresentado por Bernardo Campos. As contribuições do referido conceito serão colocadas em diálogo com outros autores, no intuito de fortalecer a tese e aprofundar o diálogo entre um teólogo pentecostal (Bernardo Campos) e outros teólogos de diferentes tradições cristãs.

Unidade do gênero humano

Para o teólogo peruano Bernardo Campos, embora não exista um modelo único de ecumenismo, mas muitos e com diversas tendências, o objetivo ou o problema fundamental da “causa ecumênica é a unidade do povo de Deus e, a partir desta, ainda que não baseada nela, a unidade do gênero humano até sua reconciliação com Cristo” (CAMPOS, 2002, p. 75). Aqui fica clara a busca pela unidade da Igreja com a finalidade de que esta unidade se estenda para outros setores da sociedade. A violência, a inimizade, o ódio e a separação são marcas do mundo contemporâneo, que provoca profundas

feridas no humano. A luta incansável pela unidade da Igreja tem dois sentidos significativos: por um lado trata-se de um mandamento de Jesus, que chegou a orar para que fôssemos unidos. Por outro lado, é uma significativa contribuição para o mundo moderno que está carente de unidade na diversidade. O teólogo francês Joseph Moingt vai na mesma direção de Campos ao destacar a dimensão da tarefa da unidade da Igreja:

Entretanto, a tarefa de construir a unidade da Igreja não pode circunscrever-se às suas fronteiras, mesmo "ecumênicas" [...] Alguma coisa deve ser feita em conjunto, algo que não seja um simples serviço intereclesial. É associando-se para construir a unidade da humanidade que os cristãos trabalharão com mais certeza na unidade da Igreja. [...] Para anunciar Cristo como irmão universal e Deus como pai comum de todos os homens, a Igreja não pode limitar-se a um discurso de fé, ela deve oferecer a visibilidade de um testemunho de caridade, deve colocar-se a serviço do mundo, como também o Vaticano II soube dizê-lo. Trabalhar pela paz e pela libertação dos povos, pela promoção da dignidade das pessoas, de seus direitos e liberdades, pela igualdade na partilha dos bens da terra entre todos, eis a tarefa para a qual e na qual os cristãos devem reunir-se. Pelo ato de construir juntos a unidade do mundo é que se fará a união dos cristãos entre si, e a unidade da Igreja chegar na comunhão fraterna dos povos e dos homens: paixão pela unidade da Igreja, tarefa de humanização do mundo (MOINGT, 1997, p. 179).

As palavras do professor Moingt são significativas, impactantes, motivadoras, incisivas, claras e contundentes. Os cristãos contribuem para a unidade da humanidade quando trabalham pela unidade da Igreja. Esse trabalho constitui como visibilidade de um sólido testemunho cristão. É a Igreja a serviço do mundo, em diálogo com o mundo e na busca de solução para os problemas mais profundos da humanidade que é testemunha de Cristo. Isso diz respeito diretamente ao chamado da Igreja, que exige esse trabalhar pela paz, pela libertação dos povos, pela promoção da dignidade das pessoas, de seus direitos e liberdades e pela igualdade da partilha dos bens da terra. Essa deve ser a causa fundamental do ecumenismo, na busca apaixonada pela unidade. Essa causa (busca pela unidade) é marca de uma Igreja que vive ao mesmo tempo sua catolicidade e sua pentecostalidade. Quando a paixão pela unidade invadir o coração de cada cristão, certamente o testemunho da Igreja será mais forte e impactante nessa sociedade fragmentada e machucada pela divisão.

O teólogo Bernardo Campos, que vem de tradição pentecostal, lembra que, embora os pentecostais estejam divididos, eles têm, mais que outros (nas

palavras do próprio Campos), a responsabilidade de “apostar na unidade da Igreja e trabalhar pela unidade do gênero humano”. Não se trata de uma busca motivada por razões externas, mas essa pretensão de serem porta-vozes da unidade vem da própria identidade pentecostal, uma vez que a pentecostalidade (vocação universal pentecostal) obriga-os a referir-se ao evento Pentecoste, “sinal e antecipação da grande comunidade pentecostal”. E nesse sentido o professor Campos é contundente ao afirmar: “ser pentecostal implica necessariamente ser ecumênico” (CAMPOS, 2002, p. 77). Assim, ser cristão pentecostal e não trabalhar pela unidade da Igreja e pela unidade do gênero humano constitui um flagrante desvio do seguimento de Jesus, que é autor e consumidor da fé.

A universalidade do Espírito de Cristo e a unidade da Igreja

Conforme ficou evidente na concepção de Bernardo Campos, a pentecostalidade é a universalidade do Espírito de Cristo, que torna possível a Igreja como uma comunidade pentecostal. A presença universal do Espírito enquanto pentecostalidade tem muito a contribuir para a unidade da Igreja. Nesse sentido o teólogo Walter Kasper tem razão ao dizer que “o diálogo ecumênico pode ser entendido como um processo conduzido pelo Espírito e como um meio pelo qual a Igreja cresce em percepção sobre a definitiva verdade revelada” (KASPER, 2008, p. 59). Ao falar sobre o ecumenismo espiritual, Kasper nos brinda com a seguinte afirmação:

Com razão, o Concílio Vaticano II, em seu Decreto sobre o Ecumenismo, *Unitatis Redintegratio*, localizou no movimento ecumênico um impulso e obra do Espírito Santo. E justificadamente, o Concílio e o papa João Paulo II consideram esse ecumenismo espiritual o coração do movimento ecumênico. Pois a unidade da Igreja não pode ser alcançada pelo esforço humano apenas; a unidade da Igreja é obra e dom do Espírito Santo de Deus. Somente um pentecostes renovado, um renovado derramamento do Espírito Santo, pode fazer cair sobre nós a unidade de todos os discípulos de Cristo pela qual Jesus orou à beira de sua morte de cruz: “que todos sejam um” (Jo 17,21) (KASPER, 2008, p. 217).

Para o teólogo alemão, a busca pela unidade da Igreja é uma atividade movida pelo Espírito de Deus. Segue na mesma perspectiva o já mencionado Joseph Moingt, que considera a unidade da Igreja como uma realidade da

graça que constitui a identidade eclesial, sem a qual, a Igreja deixa de ser Igreja de Cristo. Esta unidade para o teólogo francês, é uma realidade cuja realização sempre é esperada da ação do Espírito Santo, o que faz dela “um objeto de perpétua esperança” (MOINGT, 1997, p. 173). Nesse sentido, é possível destacar a importância de uma abordagem pneumatológica que enfatiza a ação universal do Espírito de Deus em prol da unidade dos cristãos. Se a pentecostalidade é a universalidade do Espírito de Cristo como afirmou Bernardo Campos, evidentemente, “uma doutrina apropriada do Espírito Santo tem de partir de uma perspectiva universal” como deixa claro Kasper. É cada vez mais significativo o lugar da pneumatologia na teologia cristã. Contudo, no contexto dessa relação entre pentecostalidade, universalidade do Espírito, unidade da Igreja e unidade do gênero humano, são significativas as palavras de Kasper: “A pneumatologia somente se torna possível pela atenção às pistas, expectativas, sucessos e fracassos, e ao assinalar os sinais dos tempos que são encontrados onde quer que uma vida nova irrompa, evolua, fermente e exercite, como também onde as esperanças da vida são violentamente destruídas, estranguladas, sufocadas ou assassinadas”. E conclui: “onde quer que surja vida real, o Espírito de Deus opera” (KASPER, 2008, p. 225). Assim, constitui inadiável tarefa para a teologia cristã a ênfase numa pneumatologia universal, que na perspectiva da pentecostalidade contribua de forma efetiva para a unidade da Igreja e a promoção da dignidade da vida humana.

A práxis pentecostal como contribuição para a unidade da Igreja

Para o teólogo peruano Bernardo Campos, a práxis pentecostal é uma linha mestra para a elaboração da categoria “pentecostalidade”. Trata-se de uma “ação humana que torna presente na história concreta dos seres humanos a presença do Cristo ressuscitado como salvação do ser humano e como suscitador de sua libertação escatológica”. O autor ainda complementa: “a práxis pentecostal é, portanto, uma atividade social e religiosa, ativa e lógica” (CAMPOS, 2002, p. 88). Nesse aspecto, como é possível perceber, a práxis pentecostal diz respeito ao serviço e à ética, praticados como testemunho cristão no cotidiano.

É fundamentalmente importante lembrar que o ecumenismo deve habilitar a Igreja a render testemunho comum e positivo ao mundo. O ecumenismo enquanto testemunho ao mundo e no mundo constitui um serviço de dedicação em favor da vida. Enquanto seguidores de Jesus, os cristãos são absolutamente comprometidos com a vida humana e o trabalho em defesa da vida é uma práxis que tem sua base fundamental na pentecostalidade da Igreja. Para o teólogo Walter Kasper, o ecumenismo “deve se preocupar com a vida humana cotidiana e as experiências cotidianas da mesma forma que com as grandes questões contemporâneas a respeito da sobrevivência da vida humana, questões de justiça, paz e a preservação da criação, assim como as religiões do mundo e com as conquistas culturais humanas” (KASPER, 2002, p. 226-227). André Birmelé reforça a ideia do ecumenismo no testemunho e no serviço:

Essa dimensão, central desde a origem do ecumenismo moderno, como atesta o movimento Cristianismo prático, insiste na ação comum das Igrejas diante das necessidades do mundo contemporâneo. O ecumenismo local, nacional ou internacional não poderia negligenciar esse engajamento ético e social comum, porque a preocupação com a renovação, com a reconciliação, com a superação de toda miséria humana, e com a unidade de toda a humanidade, faz parte da missão de toda a Igreja. A história e os diversos programas do CEI são ilustrações concretas desse engajamento comum das Igrejas (cf. p. ex., o programa de luta contra o racismo, os programas de educação, de ajuda aos refugiados, de luta contra a exclusão e para assegurar o lugar das mulheres e dos jovens, no movimento justiça, paz e integridade da criação, etc) (BIRMELE, 2014, p. 601).

O serviço, a práxis se constitui como serviço significativo para o Reino de Deus e é aqui que todos os cristãos podem e devem trabalhar juntos, pelo bem comum de todos os seres humanos, feitos à imagem e semelhança de Deus. A Igreja deve cada dia colocar-se a serviço do mundo, oferecendo um testemunho de caridade, uma práxis comprometida com a paz, com a libertação dos povos, com os Direitos Humanos Fundamentais, com a promoção da dignidade humana, com a justiça e com um sólido combate ao racismo, terrorismo, desigualdades e tudo aquilo que desumaniza o ser humano. Eis a missão da Igreja, eis a tarefa do movimento ecumênico, na busca da unidade da Igreja.

Conclusão

Ao concluir o presente texto, é possível confirmar a mais profunda necessidade de um compromisso sólido com a unidade da Igreja. A busca pela unidade não é uma opção individual, mas sim um comprometimento com um mandamento divino. Portanto, é uma necessidade interna da fé cristã. Ficou evidente que o ecumenismo não é um retorno a uma comunidade específica e muito menos um abandono da sua própria comunidade. Absolutamente não se trata disso, mas da unidade espiritual e visível do povo de Deus, com a finalidade de promover o Reino de Deus.

Constatou-se que no fundo de toda Igreja cristã existe uma pentecostalidade latente. A Igreja de Cristo, desde os seus primórdios, trouxe consigo as marcas da unidade, da santidade, da catolicidade, da apostolicidade e também da pentecostalidade. Esses traços são significativos no caminho da unidade. E a pentecostalidade presente em cada Igreja traz princípios que contribuem de forma significativa no caminho ecumênico.

A pentecostalidade é a universalidade do Espírito de Cristo, presente que torna possível a Igreja como comunidade pentecostal. Essa universalidade do Espírito diz respeito à sua presença em todos os lugares, da sua ação em prol da unidade de Igreja. A unidade do povo de Deus é obra do Espírito Santo. Essa unidade eclesial impulsiona a unidade do gênero humano, que deve ser uma busca constante da comunidade de fé. Em tempos de divisão, discórdias, feridas provocadas pela separação, propostas de construção de muros para dividir países, a unidade da Igreja pode testemunhar positivamente e contribuir para um mundo mais unido. Finalmente, a práxis pentecostal como linha mestra para a elaboração da pentecostalidade é um convite para um compromisso de cada cristão com os problemas mais profundos e angustiantes da sociedade. Um cristão comprometido com a práxis pentecostal é, conseqüentemente alguém que não fica indiferente diante das injustiças, do sofrimento humano e da divisão que promove escândalo. É um cristão no caminho da unidade.

Referências

BIRMELÉ, A. Verbete Ecumenismo. In: LACOSTE, J.-Y. *Dicionário Crítico de Teologia*. São Paulo: Loyola, 2014.

CAMPOS, B. *Da Reforma Protestante à Pentecostalidade da Igreja*. São Leopoldo: Sinodal: Quito: CLAI, 2002.

GOODALL, N. *El Movimiento Ecuménico: Qué es y para que trabaja?* Buenos Aires: La aurora, 1970.

KASPER, W. *Que todas sejam uma: o chamado à unidade hoje*. São Paulo: Loyola, 2008.

LIMA, A. *Teologia Pentecostal*. Curitiba: Intersaberes, 2016.

MOINGT, J. Paixão pela unidade. In: *Concilium: A Igreja em Fragmentos: à busca de que unidade?* Volume 271 – 1997/3.

OLIVEIRA, D. M. (Org.). *Pentecostalismo e unidade*. São Paulo: Fonte Editorial, 2015.

TEIXEIRA, F.; DIAS, Z. M. *Ecumenismo e Diálogo Inter-Religioso: a arte do possível*. São Paulo: Editora Santuário, 2008

WOLFF, E. *A unidade da Igreja: ensaio de eclesiologia ecumênica*. São Paulo: Paulus, 2007.

RECEBIDO: 30/11/2017
APROVADO: 19/04/2019

RECEIVED: 11/30/2017
APPROVED: 04/19/2019